



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 26 de dezembro de 2009

Comissão do TJ tenta acordo com governo

Após longa reunião na tarde de ontem entre o governador Teotonio Vilela e a presidência do Tribunal de Justiça, não houve acordo sobre o valor do duodécimo do Judiciário. Uma

comissão com três desembargadores foi formada e vai se reunir, amanhã, com secretários do Estado para tentar um consenso. Integram a comissão José Malta Marques, Otá-

vio Praxedes e Sebastião Costa Filho. O tribunal exige o repasse de R\$ 260 milhões enquanto o governo estabeleceu R\$ 195 milhões no Orçamento. Os dois lados dizem não

abrir mão de suas posições. A reunião de amanhã é considerada agora a última tentativa de um acordo. O Orçamento ainda será votado na Assembleia Legislativa. **A3**

CAPA

| DUODÉCIMO |

Governo tenta acordo com o Judiciário

TEOTONIO VILELA SE REÚNE COM PRESIDENTE DO TJ PARA FALAR SOBRE DECISÃO DO STF QUE MEXE COM O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010

| CARLA SERQUEIRA
Repórter

Pela primeira vez, depois que se instalou a crise orçamentária entre os poderes Executivo e Judiciário, o governador Teotônio Vilela Filho (PSDB) se reuniu com a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Elisabeth Carvalho, ontem à tarde. De portas fechadas, com entrada proibida até para a imprensa oficial, também participaram da conversa sigilosa o secretário do Gabinete Civil, Álvaro Machado; o procurador-geral do Estado, Mário Jorge Uchôa; e praticamente todos os demais desembargadores. Uma foto foi divulgada.

O encontro, na realidade, foi uma tentativa de acalmar os ânimos do Poder Judiciário. No início da semana, a presidente do TJ, irritada com a demora da equipe econômica do governo em atender a determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Melo, de incluir R\$ 68 milhões no duodécimo do TJ, ameaçou "fechar as portas" do Poder Judiciário se a situação não fosse logo resolvida. A desembargadora também informou que iria comunicar, esta semana, a "desobediência" do governo diante da decisão do ministro do STF.

No dia seguinte, o governador Teotônio Vilela Filho, preocupado em apagar o incêndio que começava a inflamar nos primeiros dias de 2010 (por coincidência, ano eleitoral), passou a segunda-feira, 4, se inteirando de detalhes dos estudos já realizados por sua equipe — um ensaio para o encontro de ontem, que forçou o chefe do Executivo a cancelar todos os seus compromissos oficiais. A atenção de Vilela ficou toda voltada aos reclames da Justiça.

De concreto mesmo, a reunião de ontem apenas sinalizou com a formação de uma comissão de desembargadores para acompanhar de mais perto o raciocínio matemático da equipe do governo, que avisou logo: incluir os R\$ 68 milhões no Orçamento do Estado para o exercício de 2010 está descartado. "É uma coisa totalmente impossível cumprir a decisão do ministro Marco Aurélio Melo sem tornar o orçamento deficitário", afirmou o secretário Álvaro Machado. "E nós falamos isso para os desembargadores. Minha dedução é que houve um entendimento sobre isso".

O secretário Álvaro Machado repetiu por mais de uma vez que a reunião foi produtiva e respeitosa. "O clima foi muito bom, foi muito cordial. O governador fez uma demonstração cabal e detalhada das dificuldades do gover-



Vilela e secretários durante reunião com presidente do TJ e desembargadores: impasse

no em mexer no Orçamento para viabilizar o cumprimento da ordem judicial".

O secretário disse que o governador explicou aos desembargadores que ainda não havia reenviado o Orçamento para votação na Assembleia Legislativa e nem havia se reunido antes com o Poder Judiciário, devido às dificuldades que a equipe técnica da Secretaria de Planejamento estava encontrando para formular uma proposta. "A nossa preocupação é que o orçamento não retorne para a Assembleia desequilibrado", afirmou Álvaro Machado.

Ele explicou que a crise econômica mundial "frustrou" a arrecadação em 2009, forçando recuos na previsão da receita para 2010 na ordem de R\$ 106 milhões. "A frustração da receita em 2009 representou R\$ 400 milhões a menos na arrecadação".

O desembargador José Carlos Malta Marques — que ao lado dos desembargadores Otávio Praxedes e Sebastião Costa Filho forma a comissão do Poder Judiciário designada a unir-se à equipe do governo e encontrar uma saída para crise orçamentária do Estado — não considerou a reunião com o governador tão proveitosa assim. "Não foi boa, nem ruim", limitou-se ele a dizer, explicando que ainda não há nenhum dado que possa ser divulgado sobre a nova tentativa de se chegar a um Orçamento satisfatório para 2010. "A reunião foi bem técnica, a discussão foi sigilosa. Não temos ainda nada para passar para a imprensa".

A comissão do Poder Judiciário se reúne amanhã de manhã, quinta-feira, 7, às 11h, com o secretário Álvaro Machado, o secretário da Fazenda, Maurício Toledo, o procurador-geral do Esta-

▶ ACRÉSCIMO

68 milhões

É quanto o TJ quer a mais de duodécimo, estabelecido pelo governo em R\$ 195 milhões

ção que atenda aos dois lados e sobretudo à sociedade", explicou Sérgio Moreira, que não descartou a possibilidade de o governo, não chegando ao tão "sonhado" acordo com o Poder Judiciário, encaminhar o Orçamento para a Assembleia deficitária.

Ao optar por esta alternativa, o Poder Executivo estaria transferindo o "abacaxi" para o Poder Legislativo estadual, cujo presidente, deputado Fernando Toledo (PSDB), já programa votar o Orçamento na próxima terça-feira, 12. Por conta da falta de conclusões sobre a peça orçamentária, a sessão da Assembleia Legislativa marcada para ontem não aconteceu. "Não quero fazer planos. Mas a minha expectativa é que o Orçamento chegue na Assembleia na próxima semana a tempo de votarmos na terça".



Deputado Fernando Toledo aguarda Orçamento para votação



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 26 de dezembro de 2009

| CARÁTER LIMINAR |

STJ nega *habeas-corpus* a juiz acusado de agressão

CARLOS REMÍGIO ESTÁ PRESO NO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DESDE 25 DE DEZEMBRO

| FELIPE FARIAS
Repórter

O ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou liminar para liberar o juiz alagoano José Carlos Remígio, preso desde o dia 25 de dezembro, após envolver-se em uma discussão com a namorada. A liminar foi pedida em processo de *habeas-corpus* movido pela defesa do juiz.

Na prática, a liminar representa uma medida mais imediata, mas, mesmo tendo sido negada, o processo do *habeas-corpus* continua em andamento no STJ e pode resultar em liberação do magistrado.

Segundo juristas, por se tratar de *habeas-corpus*, o processo deve ter apreciação mais rápida,

Paralelamente, a defesa do juiz entrou com outra medida judicial, para colocá-lo em liberdade. O pedido de revogação da prisão foi encaminhado ontem, ao TJ-AL

que deve ficar a critério da turma especial do STJ, composto pelos quinze ministros mais antigos. No entanto, seu julgamento – que seria realizado em plenário, por todos os ministros e não mais, individualmente, por apenas um, como se deu com a limi-

nar – vai depender da pauta de julgamentos do tribunal. O pedido pode não ser mais colocado para julgamento esta semana.

Com a decisão sobre a liminar, o processo será encaminhado para um relator, que vai analisá-lo e colocá-lo para julgamento.

Uma das exigências para que o pedido de *habeas-corpus* vá a julgamento pelo plenário do STJ já deve ter sido cumprida: um pedido de informações ao Tribunal de Justiça de Alagoas sobre os motivos que levaram à decretação da prisão preventiva de José Carlos Remígio pela desembargadora-presidente, Elisabeth Carvalho.

A reportagem da Gazeta tentou ouvir o advogado de Remígio, Fernando Maciel, mas ele

não foi localizado.

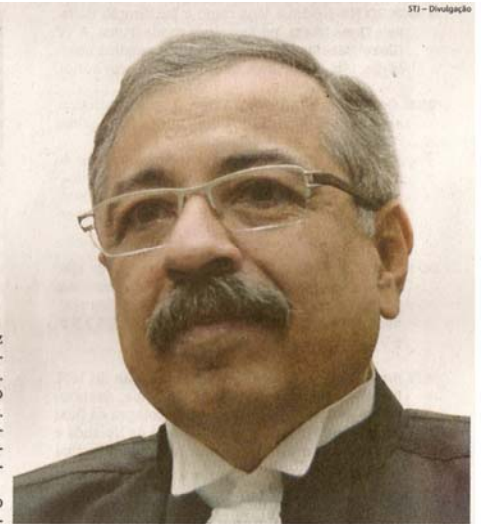
REVOGAÇÃO

Paralelamente, a defesa do juiz entrou com outra medida judicial, para colocá-lo em liberdade. O pedido de revogação da prisão foi encaminhado ontem, ao TJ. Para analisá-lo foi sorteado o desembargador Mário Casado Ramalho, que deve receber o processo nesta quarta-feira.

Mas, existe ainda um segundo processo contra o juiz que se encontra no TJ: uma ação em que ele é acusado de suposta agressão contra a ex-esposa.

Esse processo foi encaminhado para análise de outro desembargador, Sebastião Costa Filho.

Ao entrar com o pedido de *habeas-corpus* no STJ, a defesa de Remígio anexou ao processo có-



Ministro Og Fernandes, que negou liberdade a juiz alagoano

pias dos documentos que atestam a decisão mais recente de Cláudia Granjeiro, a pessoa com quem ele estava na caminhonete onde ocorreu o desentendimento anterior à prisão. No do-

cumento, ela renunciou da decisão de representá-lo pela suposta agressão – o que era considerado pela defesa como argumento fundamental para que ele fosse colocado em liberdade.

PÁGINA 55